



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 2023

Apensados: PDL nº 131/2023, PDL nº 153/2023 e PDL nº 154/2023

Susta a aplicação da Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Autor: Deputado KIM KATAGUIRI

Relator: Deputado FELIPE FRANCISCHINI

VOTO EM SEPARADO

(Do Sr. HELDER SALOMÃO)

Veio a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe que objetiva, conforme diz sua própria ementa, sustar a aplicação da Resolução do Conselho Nacional de Justiça de número 487, datada aos 15 de fevereiro de 2023. Citada resolução visa regulamentar a política antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário.

Com o mesmo objetivo, encontram-se apensados os Projetos de Decreto Legislativo 131/2023, 153/2023 e 154/2023.

Apresentação: 20/06/2023 19:39:47.050 - CCJC
VTS 1 CCJC => PDL 81/2023

VTS n.1



* C D 2 3 9 2 9 1 0 0 5 1 0 0 *





Preliminarmente, creio que para bem entendermos a presente questão, que nos lembremos das razões invocadas pelo Conselho Nacional de Justiça para fundamentar a Resolução em tela. São elas:

CONSIDERANDO os princípios da República Federativa do Brasil, fundada na dignidade da pessoa humana e, especialmente, os direitos fundamentais à saúde, ao devido processo legal e à individualização da pena (CF, art^s. 1º, III; 5º, XLVI, LIV e 6º, caput);

CONSIDERANDO a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2006), pela qual o Estado brasileiro comprometeu-se a promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação;

CONSIDERANDO a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984) e seu Protocolo Facultativo (2002) e a necessidade de combater a sua prática nas instituições de tratamento da saúde mental, públicas ou privadas, bem como a Resolução CNJ n. 414/2021, que estabelece diretrizes e quesitos periciais para a realização dos exames de corpo de delito nos casos em que haja indícios de prática de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, conforme os parâmetros do Protocolo de Istambul;

CONSIDERANDO o Ponto Resolutivo 8 da sentença da Corte Interamericana de Direito Humanos proferida no Caso Ximenes Lopes vs. Brasil, que determinou ao Estado brasileiro continuar a desenvolver um programa de formação e capacitação para o pessoal médico, de psiquiatria e psicologia, de enfermagem e





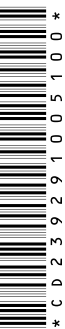
auxiliares de enfermagem e para todas as pessoas vinculadas ao atendimento de saúde mental, em especial sobre os princípios que devem reger o trato das pessoas portadoras de deficiência mental, conforme os padrões internacionais sobre a matéria;

CONSIDERANDO que a Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (UMF Corte IDH/CNJ), instituída no âmbito do Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução CNJ n. 364/2021, acompanha o cumprimento das determinações da Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Estado brasileiro;

CONSIDERANDO a Lei nº. 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

CONSIDERANDO a Lei nº. 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 32/18, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em julho de 2016, que reafirma as obrigações dos Estados Membros em promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e garantir que políticas e serviços relacionados à saúde mental cumpram as normas internacionais de direitos humanos;



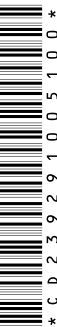


CONSIDERANDO o Relatório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas, apresentado na 34ª Sessão da Assembleia Geral da ONU em janeiro de 2017, que expõe um conjunto de recomendações voltadas à qualificação dos serviços de saúde mental, a acabar com a prática do tratamento involuntário e da institucionalização e para criação de um ambiente político e legal que assegure a garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiências psicossociais;

CONSIDERANDO a Resolução nº. 8/2019 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), destinada à orientação das políticas de saúde mental e uso problemático de álcool e outras drogas em todo o território nacional, e as Resoluções nºs. 4/2010 e 5/2004 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), para a aplicação da Lei nº. 10.216/2001 à execução das medidas de segurança;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº. 113/2010 e a Recomendação CNJ nº. 35/2011, publicadas com o objetivo de adequar a atuação da justiça penal aos dispositivos da Lei nº. 10.216/2001, privilegiando-se a manutenção da pessoa em sofrimento mental em meio aberto e o diálogo permanente com a rede de atenção psicossocial;

CONSIDERANDO o art. 9º, § 3º, da Resolução CNJ nº. 213/2015, que dispõe sobre a realização de audiência de custódia, disciplinando sobre a garantia de acesso aos serviços médico e psicossocial, resguardada sua natureza voluntária, para pessoas que apresentem quadro de transtorno mental ou dependência química;





CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº. 288/2019, que define a política institucional do Poder Judiciário para a promoção da aplicação de alternativas penais, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade, bem como a Resolução nº. 2002/2012 do Conselho Econômico e Social da ONU, destinada à orientação dos princípios básicos para a utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal, além da Resolução CNJ nº. 225/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº. 425/2021, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades; CONSIDERANDO a atenção às minorias com vulnerabilidades acrescidas e suas interseccionalidades, bem como os atos normativos do CNJ sobre a temática em relação à privação de liberdade, como a Resolução CNJ nº. 287/2019 (indígenas); Resolução CNJ nº. 348/2020 (LGBTI); Resolução CNJ nº. 405/021 (migrantes); Resolução CNJ nº. 369/2021 (gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência);

CONSIDERANDO a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), instituída por meio da Portaria Interministerial nº. 1/2014, dos Ministérios da Saúde e da Justiça, bem como a Portaria nº. 94/2014, do Ministério da Saúde, que institui o serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno





mental em conflito com a lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Pequim);

CONSIDERANDO o art. 112, § 3º do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº. 8.069/1990, que dispõe que adolescente com sofrimento mental ou transtorno psíquico deverão receber tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições;

CONSIDERANDO o art. 64, em especial, § 7º da Lei nº. 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que dispõe que o tratamento a que se submeterá o adolescente com sofrimento mental ou transtorno psíquico deverá observar o previsto na Lei nº. 10.216/2001;

CONSIDERANDO, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentada pelas Portarias Consolidadas/MS nº. 2/2017 (Anexo XVII) e nº. 6/2017 (Seção V, Capítulo II);

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CNJ, no Procedimento de Ato Normativo nº. 0007026-10.2022.2.00.0000, 1ª Sessão Virtual, realizada em 10 de fevereiro de 2023;

RESOLVE:

Conforme pudemos ver, são inúmeras as fundamentações legais em que a citada resolução procurou abrigo. Não apenas diplomas legais no seu estrito senso como





também em vários acordos internacionais que, conforme sabemos, uma vez superado o longo caminho de sua aprovação (Executivo, Legislativo e mais uma vez Executivo) são incorporados ao ordenamento jurídico pátrio como normas legais internas, valendo tanto quanto as leis ordinárias aqui votadas.

Por outro lado, de acordo com a própria justificação da proposição principal, o poder regulamentar, no qual as resoluções se enquadram, visam apenas explicitar a aplicação de normas legais já existentes, já criadas por aquilo que a jurisprudência (aqui citada como Ciência do Direito) denomina “fontes do Direito”. Nosso próprio Regimento Interno, em seu art. 24, inciso XII reforça essa ideia ao explicitar que, *in litteris*:

“Art. 24

XII - propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo;”

Meus caros pares.

Mesmo sem adentrarmos no fato que os decretos legislativos que sustam a exorbitância do poder regulamentar são previstos especificamente para o Poder Executivo (quando o Regimento Interno foi concebido não se imagina que o Poder Judiciário poderia vir a ter esse poder), o fato é que apenas quando a exorbitância se manifesta é que o projeto de decreto legislativo suspensivo tem lugar.

Conforme pudemos ver na longa lista de “considerandos” que precede a norma agora atacada, ela efetivamente não exorbitou os limites que a legislação lhe outorgou. Foram as diversas leis ordinárias votadas neste Parlamento, bem como os citados tratados internacionais, que também passaram, todos eles, neste Plenário, que criaram a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

política nacional antimanicomial. Inclusive nos termos e limites explicitados pela Resolução nº 487, de 2023 do Conselho Nacional de Justiça. E foi dentro destes limites que a resolução trabalhou.

Destarte, não há como fugirmos da conclusão de que o Decreto Legislativo nº 81, de 2023, e seus apensados, são irremediavelmente inconstitucionais.

É como votamos.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado HELDER SALOMÃO

2023-9971

Apresentação: 20/06/2023 19:39:47.050 - CCJC
VTS 1 CCJC => PDL 81/2023

VTS n.1

